

Demonstrações Financeiras

Cemig PCH S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	10
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	12
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA	13
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL	14
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	15
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	19
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS.....	20
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	20
7. IMOBILIZADO	21
8. INTANGÍVEL	23
9. FORNECEDORES.....	25
10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	25
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	25
12. RECEITA LÍQUIDA	28
13. CUSTOS E DESPESAS	29
14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	30
15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	30
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	33
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	35
 Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	41
PARECER DO CONSELHO FISCAL	43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,

A Cemig PCH S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 8.509 mil, representado por 8.509.000 (oito milhões, quinhentos e nove mil) ações ordinárias nominativas, (6.000 mil dividido em 6.000.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024) e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão - Cemig GT.

INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Cemig PCH S.A., realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2025, a Companhia investiu R\$2.626 mil, desse montante destacam-se aquisição de um sistema de barreira elétrica para contenção de entrada de cardumes em unidade geradora e aquisição de serviços, equipamentos e materiais para manutenção da usina.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2025, a hidrologia verificada manteve-se em níveis significativamente abaixo da média histórica, aproximando-se das piores condições já observadas no período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluente (ENA) ficou em 77% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (76% MLT), Sul (90% MLT), Nordeste (46% MLT) e Norte (73% MLT).

Para 2025 tivemos a recalibração dos parâmetros de risco dos modelos de precificação que saíram de um par 25/35 (25% das piores series com um peso de 35% na função objetivo) para um par 15/40 (15% das piores series com um peso de 40% na função objetivo), essa alteração faz com que o modelo fique mais averso ao risco elevando o custo de operação do sistema e assim o PLD (Preço da Liquidação das diferenças).

Já o armazenamento não apresentou destaques permanecendo em valores próximos a média do histórico e fechando o ano com 45% de armazenamento no SIN (10º Maior de 1999 a 2025).

O PLD de 2025 iniciou o ano com valores abaixo de R\$ 100/MWh refletindo as boas chuvas de dezembro e janeiro, contudo a partir de março o preço elevou para acima de R\$ 300/MWh, ao longo dos meses seguintes ficou oscilando entre 200 e 300 R\$/MWh. Na média do ano tivemos o sudeste com R\$ 223,46/MWh, Sul com R\$ 225,94/MWh, Nordeste com R\$ 176,61/MWh e Norte com R\$ 182,22/MWh. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,83, sendo o maior verificado em janeiro (1,13) e o menor em agosto (0,625).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 01 de março de 2026, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2026 a fevereiro de 2027. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras na indenização de ativos foi de 8,00% (7,91% em 2025).

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado do Exercício

A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 33.753 mil em 2025, em comparação a R\$ 26.649 mil em 2024. A variação deve-se, principalmente, ao aumento das receitas da Companhia.

Receita Operacional

A receita de fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$ 48.757 mil em 2025 em comparação a R\$ 38.278 mil em 2024. A variação se deve, principalmente, ao aumento na receita de Suprimento Comercial.

Custos e Despesas

Os custos e despesas operacionais foram de R\$ 12.601 mil em 2025, comparado a R\$ 13.412 mil em 2024. Essa variação deve-se, principalmente, a redução dos custos com os encargos de uso da rede básica de transmissão.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2025, a Companhia apurou o montante de R\$ 2.051 mil referente a imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos a restituir, representando 5,73% em relação ao Resultado de R\$ 35.804 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$1.043 mil referente a despesas com imposto de renda e contribuição social, representando 26,88% em relação ao resultado de R\$ 25.606 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2025, o LAJIDA foi de R\$ 37.716 mil (R\$ 27.649 mil em 2024) e a margem do LAJIDA foi de 80,46%no mesmo período 96,38%em 2024), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2025	2024	Var. %
Resultado Líquido	33.753	26.649	26,66
Despesa de IR e CS	2.051	(1.043)	(296,64)
Depreciação/Amortização	3.439	4.302	(20,06)
Resultado Financeiro	(1.527)	(2.259)	(32,40)
LAJIDA⁽¹⁾	37.716	27.649	36,41

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Destinação do Resultado de 2025 – Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2026, que, ao resultado do exercício de 2025, no montante de R\$ 33.753 mil, acrescido do saldo de lucros acumulados, de R\$ 1.284 mil, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2025, seja dada a seguinte destinação:

- R\$ 17.519 mil de dividendos obrigatórios, e;
- R\$ 17.518 mil para pagamento de dividendos adicionais.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa, conforme apresentado pela Administração, R\$7.000 mil, dos dividendos adicionais, serão destinados para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

Em 2025, a Reserva Legal da Companhia atingiu o limite legal de 20% do Capital Social, conforme previsto na legislação societária vigente, razão pela qual não foram efetuadas novas destinações para essa reserva.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2025, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 16 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 17 barragens da CEMIG holding em 2022(Barragens das UHEs Itutinga e Camargos constituem um único CI), o ano de 2025 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2025, foram executados:

- 04 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das UHEs: Emborcação, Irapé, Três Marias e Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), envolvendo 10 municípios envolvendo até 7.400 moradores das ZAS- Zona de Autossalvamento das barragens;
- 10 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cajuru, Tronqueiras, Poço Fundo, e das UHEs Salto Grande, Itutinga/Camargos e Peti.

Ainda em 2025, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram para as UHEs Nova Ponte, Cajuru, Peti, Três Marias, Queimado, Emborcação, Rosal e Irapé. Os eventos contaram com a participação de público de 386 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças

municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata à Cemig Geração e Transmissão, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
 (Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	2.178	646
Títulos e Valores Mobiliários	4	12.386	709
Consumidores e Revendedores	5	4.557	2.216
Tributos Compensáveis	6	594	20
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		469	85
Outros Créditos		66	48
TOTAL DO CIRCULANTE		20.250	3.724
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	-	268
Tributos Compensáveis	6	831	761
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		-	32
Imobilizado	7	44.530	44.903
Intangível	8	19.075	744
Direito de Uso		56	58
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		64.492	46.766
ATIVO TOTAL		84.742	50.490

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	2.009	982
Encargos Regulatórios	0	8	8
Impostos, Taxas e Contribuições	10	1.474	305
Dividendos a pagar		31.751	1.837
Convênio de compartilhamento		151	121
Passivo de Arrendamento		6	6
TOTAL DO CIRCULANTE		35.399	3.259
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, Taxas e Contribuições	10	701	564
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		133	-
Provisões ambientais		412	568
Passivo de Arrendamento		63	65
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.309	1.197
TOTAL DO PASSIVO		36.708	4.456
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	11		
Capital Social		8.509	6.000
Reserva de ajustes de avaliação patrimonial		16.007	17.291
Reserva de Lucros		23.518	22.743
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		48.034	46.034
PASSIVO TOTAL		84.742	50.490

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	12	46.878	36.759
CUSTOS	13		
Custos com energia elétrica		(4.843)	(5.259)
Custos de operação		(7.241)	(7.436)
		(12.084)	(12.695)
LUCRO BRUTO		34.794	24.064
DESPESAS	13		
Despesas gerais e administrativas		(512)	(469)
Outras despesas operacionais		(6)	(248)
		(518)	(717)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		34.276	23.347
Receitas financeiras	14	1.704	2.334
Despesas financeiras	14	(177)	(75)
		1.527	2.259
Resultado antes dos impostos e tributos sobre o Lucro		35.803	25.606
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(1.887)	(1.797)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(164)	2.840
RESULTADO DO EXERCÍCIO		33.752	26.649

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	33.753	26.649
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	33.753	26.649

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Reserva de ajustes de avaliação	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	6.000	8.510	8.587	19.107	-	42.204
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	-	-	(1.816)	1.816	-
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	8.587	-	-	(8.587)
Resultado do exercício	-	-	-	-	26.649	26.649
Destinação do Lucro Proposta à AGO:						
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(1.837)	(1.837)
Dividendos Intercalares	-	-	-	-	(12.395)	(12.395)
Dividendos adicionais propostos	-	-	14.233	-	(14.233)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	6.000	8.509	14.233	17.291	-	46.034
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	-	-	(1.284)	1.284	-
Aumento de capital social	2.509	(2.509)	-	-	-	-
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(14.233)	-	-	(14.233)
Resultado do exercício	-	-	-	-	33.753	33.753
Destinação do Lucro Proposta à AGO:						
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(17.519)	(17.519)
Dividendos adicionais propostos	-	-	17.518	-	(17.518)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	8.509	6.000	17.518	16.007	-	48.034

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	33.753	26.649
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 15)	2.051	(1.043)
Depreciação (Nota 13)	3.436	4.298
Amortização direito de uso (Nota 13)	3	4
Juros passivo de arrendamento (Nota 14)	5	6
Pis/Pasep e Cofins diferidos	-	(10)
Juros e variações monetárias	(1.416)	(1.717)
	37.832	28.187
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	(2.341)	285
Tributos compensáveis (Nota 6)	(803)	(181)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	(808)
Outros ativos	(370)	22
	(3.514)	(682)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 9)	1.027	181
Impostos, taxas e contribuições	1.306	225
Encargos Regulatórios	-	1
Convênio de compartilhamento (Nota 16)	30	(37)
Outras obrigações	(160)	36
	2.203	406
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	36.521	27.911
Imposto renda e contribuição social pagos	(1.759)	(654)
Juros resgatados	1.158	1.711
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	35.920	28.968
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(50.619)	(32.565)
Resgate de títulos e valores mobiliários	39.468	36.005
Em Intangível (Nota 8)	(18.768)	-
Em Imobilizado (Nota 7)	(2.626)	(4.613)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(32.545)	(1.173)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 11)	(1.837)	(29.570)
Arrendamentos pagos	(6)	(1)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.843)	(29.571)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.532	(1.776)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	646	2.422
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.178	646

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig PCH S.A. (“Companhia” ou “Cemig PCH”) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”), constituída em 2 de outubro de 2001, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG), CEP 30.190-131.

A Companhia tem por objetivo a exploração comercial do potencial hidráulico da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Pai Joaquim, com 23 MW de potência instalada (informação não auditada), localizada no Rio Araguari, Municípios de Sacramento (MG) e Santa Juliana (MG). Em 2025 a Companhia venceu o leilão de créditos *Generation Scaling Factor* (“GSF”) para extensão de concessão, promovido, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Com isso, a autorização Aneel para a exploração do potencial hidráulico da PCH Pai Joaquim vai até 17/09/2041, após a extensão do prazo da outorga estabelecida na Resolução Autorizativa nº 16.467, de 16 de setembro de 2025.

A energia produzida pela PCH Pai Joaquim é 100% incentivada e comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

De acordo com a Portaria MME 254/2017, a garantia física da PCH Pai Joaquim é de 13,91 MW médios.

A Cemig Geração e Transmissão S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, executa as atividades administrativas e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 7 de agosto de 2026.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 17.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Esta demonstração financeira é apresentada em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado (previsão da vida útil dos ativos);
- Nota 8 - Intangível
- Nota 12- Receita líquida (Reconhecimento do fornecimento não faturado de Energia Elétrica); e
- Nota 17 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) – Tratamento contábil para transações com moedas não conversíveis As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas transações que com moedas não conversíveis.	01/01/2025
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	
OCPC10 – Tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização A orientação trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidencição de créditos de carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.	01/01/2025
A Companhia não possui transações com créditos de carbono de forma que suas Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.	

2.6 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026

As normas e interpretações novas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, e quando entrarem em vigor.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros As alterações esclarecem como deve ser a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros com características de ESG e similares, além de incluir requisitos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, vinculados a metas ESG.	01/01/2026
A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	
CPC 48 e CPC 40 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais As alterações abrangem contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para esses contratos.	01/01/2026
A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras Essa norma substitui o CPC 26 e introduz novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado. As entidades deverão classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, além de apresentar, além da inclusão de subtotaís obrigatórios como lucro operacional e lucro antes de financiamento e tributos. Também deverão ser divulgadas em nota explicativa específica as Medidas de Desempenho definidas pela Administração, além de outras alterações.	01/01/2027

Norma e principais alterações

Início da
vigência

A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora que prepare demonstrações financeiras em conformidade com as normas IFRS.

01/01/2027

A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.

2.7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pelo descrito na nota explicativa 2.6, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2025	2024
		31/12/2025	31/12/2024		
Contas Bancárias					
				1.024	330
Aplicações financeiras					
Overnight ⁽¹⁾	Pré-fixada	14,60% a 14,90%	11,91 a 12,15%	1.154	316
TOTAL				2.178	646

⁽¹⁾ Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a. %		2025	2024
		31/12/2025	31/12/2024		
Aplicações Financeiras					
Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	103,5% a 110,02%	104,7 a 113,51%	10.808	555
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	15,11% a 15,12%	10,72% a 10,85	1.424	144
Debêntures	TR+CDI	TR + 1% a 109,88% CDI	TR + 1,00 a 122,90	154	10
				12.386	709
Não Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	103,5% a 110,02%	104,7 a 113,51%	-	268
				12.386	977

As práticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 17.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entende que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Total	
	Faturado	Não Faturado	2025	2024
Fornecimento Industrial		4.557	4.557	2.216
Total	-	4.557	4.557	2.216

Política contábil

As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissonárias de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2025	2024
Circulante		
ICMS	399	11
Pis/Pasep	35	2
Cofins	160	7
Total	594	20
Não Circulante		
PIS/Pasep	153	141
Cofins	678	620
	831	761
Total	1.425	781

7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2025			2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor	Custo	Depreciação acumulada	Valor
Em serviço		119.696	(78.989)	40.707	116.053	(75.990)	40.063
Terrenos, o. civis, benfeitorias e edificações	4,17%	29.818	(20.408)	9.410	29.818	(19.771)	10.047
Reservatórios, barragens e adutoras	4,34%	47.500	(32.786)	14.714	47.500	(31.824)	15.676
Máquinas e equipamentos	5,65%	42.369	(25.786)	16.583	38.726	(24.387)	14.339
Móveis e utensílios	6,25%	9	(9)	-	9	(8)	1
Em curso		3.823	-	3.823	4.840	-	4.840
Máquinas e equipamentos		3.823	-	3.823	4.424	-	4.424
Outros		-	-	-	416	-	416
Total		123.519	(78.989)	44.530	120.893	(75.990)	44.903

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transf. (B)	Valor bruto em 31/12/2025	Adições líquidas (A) + (B)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	116.053	-	-	3.643	119.696	3.643	(78.989)	40.707	40.063
Terrenos	166	-	-	-	166	-	(101)	65	70
Reservatórios, barragens e adutoras	47.500	-	-	-	47.500	-	(32.786)	14.714	15.676
Edificações, obras civis e benfeitorias	29.652	-	-	-	29.652	-	(20.307)	9.345	9.977
Máquinas e equipamentos	38.726	-	-	3.643	42.369	3.643	(25.786)	16.583	14.339
Móveis e utensílios	9	-	-	-	9	-	(9)	-	1
Em curso	4.840	2.626	-	(3.643)	3.823	(1.017)	-	3.823	4.840
Outros	4.840	2.626	-	(3.643)	3.823	(1.017)	-	-	4.840
Total	120.893	2.626	-	-	123.519	2.626	(78.989)	44.530	44.903

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Transf. (B)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas (A) + (B)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	116.016	-	37	116.053	37	(75.990)	40.063
Terrenos	166	-	-	166	-	(96)	70
Reservatórios, barragens e adutoras	47.500	-	-	47.500	-	(31.824)	15.676
Edificações, obras civis e benfeitorias	29.652	-	-	29.652	-	(19.675)	9.977
Máquinas e equipamentos	38.689	-	37	38.726	37	(24.387)	14.339
Móveis e utensílios	9	-	-	9	-	(8)	1
Em curso	264	4.613	(37)	4.840	4.576	-	4.840
Máquinas e equipamentos	178	4.283	(37)	4.424	4.246	-	4.424
Outros	86	330	-	416	330	-	416
Total	116.280	4.613	-	120.893	4.613	(75.990)	44.903

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel e representam a vida útil do bem pela avaliação da Companhia. Em 2025, a taxa média de depreciação anual foi de 2,58% (4,02% em 2024).

Política contábil

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são depreciados de acordo com o período da concessão.

Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda.

8. INTANGÍVEL

	2025			2024		
	Custo	Amort. acum.	Valor líquido	Custo	Amort. acum.	Valor líquido
Em serviço						
Ativos da concessão - GSF	19.186	(531)	18.655	418	(121)	297
Outros	465	(45)	420	465	(18)	447
Total	19.651	(576)	19.075	883	(139)	744

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da autorização, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições ⁽¹⁾ (A)	Transf. (B)	Valor bruto em 31/12/2025	Adições líquidas (A) + (B)	Amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2025
Em serviço							
Ativos da concessão - GSF	418	18.768	-	19.186	18.768	(531)	18.655
Intangível - Outros	465	-	-	465	-	(45)	420
Total	883	18.768	-	19.651	18.768	(576)	19.075

(1) As adições se referem ao êxito no leilão de créditos do GSF, ocasionando na extensão do prazo da outorga estabelecida na Resolução Autorizativa nº 16.467, de 16 de setembro de 2026,

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Transf. (B)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas (A) + (B)	Amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço							
Ativos da concessão - GSF	418	-	-	418	-	(121)	297
Intangível - Outros	-	-	465	465	-	(18)	447
Total	418	-	465	883	-	(139)	744

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Cemig PCH				
PCH Pai Joaquim	418	04/04/2032	3.453	17/09/2041

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

Em 2025, a taxa média de amortização anual foi de 5,74% (11,32% em 2024).

Licença de operação

A Companhia, em atendimento às determinações legais contidas na Deliberação Normativa Copam 217/2017, obteve a licença de operação da UHE Pai Joaquim. Os gastos com as condicionantes ambientais, relacionados às exigências legais e regulamentares após a entrada em operação dos empreendimentos, foram estimados e reconhecidos, em contrapartida ao intangível. Os gastos estimados com as

condicionantes ambientais foram trazidos a valor presente considerando a taxa incremental baseada no índice IPCA+.

Política contábil

A Companhia reconheceu um ativo intangível que representa o direito de extensão das concessões provenientes da repactuação do risco hidrológico.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

Estimativas e julgamentos

Repactuação do Risco Hidrológico – GSF (*Generation Scalling Factor*)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

Para mensuração do valor justo do direito de extensão da outorga, a partir da técnica de valor presente, a Companhia considerou os seguintes elementos, do ponto de vista dos participantes do mercado, na data de mensuração:

- estimativa dos fluxos de caixa futuros para o ativo ou passivo que está sendo mensurado. Para tanto, foram considerados os preços de energia da curva DCIDE e o opex projetado;
- expectativas sobre possíveis variações no valor e época dos fluxos de caixa que representem a incerteza inerente aos fluxos de caixa;
- valor do dinheiro no tempo, representado pela taxa aplicada sobre ativos monetários livres de risco, cujos vencimentos ou prazos coincidem com o período dos fluxos de caixa analisados. Esses ativos não apresentam incerteza quanto ao momento do pagamento nem risco de inadimplência para o titular, sendo, portanto, considerados como referência para a taxa de juros livre de risco. Além disso, incorpora-se o custo associado à incerteza dos fluxos de caixa futuros, conhecido como prêmio de risco. Para refletir esses dois componentes, a taxa livre de risco e o prêmio de risco, foi utilizada como taxa de desconto o WACC real, aprovado pela Administração da Cemig para a atividade de geração de energia.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a

amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

Redução ao valor recuperável

Para os ativos de vida útil definida, existindo indicativos de perda no valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

9. FORNECEDORES

	2025	2024
Suprimento e Transporte de Energia	837	469
Materiais e Serviços	1.172	513
TOTAL	2.009	982

A exposição da Companhia ao risco de liquidez está apresentada na nota explicativa nº 17.

10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
Circulante		
ICMS	2	-
COFINS	126	89
PASEP	27	19
INSS	160	197
IRRF	1.152	-
Outros	7	-
	1.474	305
Não circulante		
COFINS	577	464
PASEP	124	100
	701	564
TOTAL	2.175	869

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 8.509 representado por 8.509.000 (oito milhões, quinhentos e nove) ações ordinárias nominativas (6.000 dividido em 6.000.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024) e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão - Cemig GT.

b) ReservasReserva de Lucros

O saldo da conta de reservas de lucros é demonstrado como segue:

Reservas de Lucros	2025	2024
Reserva legal	6.001	8.510
Dividendos adicionais propostos	17.518	14.233
	23.519	22.743

Reserva Legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu a reserva legal em 2025 e 2024, pois atingiu o limite de 20% que dispõe a Lei 6.404/76.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou o montante de R\$ 17.518 na reserva de lucros em 2025 (R\$14.233 em 2024), referente a dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do lucro líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no estatuto social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

Reserva de Ajustes de Avaliação

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se à avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009, quando tal avaliação implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido.

c) Remuneração aos acionistas

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares,

inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2025	2024
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	33.753	26.649
Realização da reserva de ajustes de avaliação	1.284	1.816
	35.037	28.465
Dividendos obrigatórios	17.519	14.232
Dividendos adicionais propostos	17.518	14.233
Total dos dividendos	35.037	28.465

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Saldo em 31 de dezembro de 2024	17.291
Realização do custo atribuído	(1.284)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	16.007

e) Destinação do Resultado de 2025 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2026, que, ao resultado do exercício de 2025, no montante de R\$ 33.753, acrescido do saldo de lucros acumulados, de R\$ 1.284, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2025, seja dada a seguinte destinação:

- R\$ 17.519 para pagamento de dividendos obrigatórios, e;
- R\$ 17.518 para pagamento de dividendos adicionais.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa, conforme apresentado pela Administração, R\$7.000, dos dividendos adicionais, serão destinados para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

f) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.837
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2024	(1.837)
Aprovação dividendos adicionais ref. 2024	14.233
Dividendos obrigatórios ref. 2025	17.519
Saldo em 31 de dezembro de 2025	31.752

12. RECEITA LÍQUIDA

	2025	2024
Fornecimento bruto de energia (a)	48.757	38.279
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(1.879)	(1.520)
Receita operacional líquida	46.878	36.759

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	2025	2024
Fornecimento faturado - Industrial	-	2.181
Fornecimento - não faturado	188	167
Suprimento a outras concessionárias	48.539	35.910
Transações com energia na CCEE	30	21
Total	48.757	38.279

b) Tributos e encargos incidentes sobre as receitas

	2025	2024
ICMS	-	393
COFINS	1.463	848
PIS-PASEP	317	184
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	99	95
	1.879	1.520

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

Fornecimento bruto de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não

faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

13. CUSTOS E DESPESAS

Custos com energia elétrica

	2025	2024
Energia de curto prazo - CCEE	4.708	4.312
Encargos da rede básica de distribuição	135	947
	4.843	5.259

Custos de operação e despesas gerais e administrativas

	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas e Outras despesas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Materiais	610	362	-	-	610	362
Serviços de terceiros (a)	2.959	2.411	454	443	3.413	2.854
Depreciação	3.439	4.302	-	-	3.439	4.302
Outros custos	5	6	6	-	11	6
Pessoal	228	355	-	26	228	381
Outras despesas	-	-	57	248	57	248
	7.241	7.436	517	469	7.758	8.153

a) Serviços de terceiros

	2025	2024
Manutenção, conservação e instalação	2.539	1.931
Conservação e limpeza de prédios	9	8
Meio ambiente	315	357
Tecnologia da informação	86	77
Auditoria externa	35	33
Comunicação	2	3
Vigilância	409	394
Publicações legais	1	1
Outros	17	50
TOTAL	3.413	2.854

14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	1.440	1.719
Variação monetária de créditos tributários	231	553
Outras	33	62
	1.704	2.334
Despesas Financeiras		
Juros Passivo de Arrendamento	(5)	(6)
Atualização PIS/PASEP e COFINS a serem restituídos a concessionárias	(5)	(4)
Outras	(167)	(65)
	(177)	(75)
RESULTADO FINANCEIRO	1.527	2.259

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e outros passivos financeiros.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Não Circulante		
Imposto de Renda	94	-
Contribuição Social	39	-
TOTAL	133	-

b) Conciliação do Imposto de renda e Contribuição social

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Caixa	46.414	46.414
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.166	1.166
Outras Receitas Financeiras	248	248
Base de cálculo Lucro Presumido	5.128	6.985
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	769	629
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	489	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.258	629
Rendas de Aplicações	1.440	1.440
Rendas Aplicações resgatadas	1.166	1.166
Rendas de aplicações não resgatadas	274	274
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	68	25
Receita por competência diferida	2.343	2.343
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	187	281
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido receita por competência	47	25
Corrente	1.258	629
Diferido	114	50

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Caixa	38.561	38.561
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.808	1.808
Outras Receitas Financeiras	53	53
Base de cálculo Lucro Presumido	4.947	6.489
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	742	584
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	471	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.213	584
Rendas de Aplicações	1.719	1.719
Rendas Aplicações resgatadas	1.808	1.808
Rendas de aplicações não resgatadas	(90)	(90)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	(22)	(8)
Receita por competência diferida	(368)	(368)
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(29)	(44)
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido receita por competência	(4)	(4)
Ajuste de Períodos Anteriores	(2.059)	(741)
Corrente	1.213	584
Diferido	(2.086)	(754)

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Distribuição	-	-	-	-	-	-	(17)	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Encargos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Encargos de distribuição								
Cemig Distribuição	-	-	-	-	-	-	(135)	(767)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	151	121	-	-	(373)	(417)
Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	698	165	-	-	(806)	(762)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	31.751	1.837	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$17.519 Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 11.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	1.154	316	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	12.386	709	-	-	282	8	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	268	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	21	19
Participação nos resultados	9	6
Previdência privada	1	2
Total	31	27

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos

humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2025		2024	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e Revendedores		4.557	4.557	2.216	2.216
Títulos e Valores Mobiliários		-	-	268	268
		4.557	4.557	2.484	2.484
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	1.154	1.154	316	316
Títulos e Valores Mobiliários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	10.808	10.808	556	556
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.424	1.424	144	144
Debêntures	2	154	154	10	10
		13.540	13.540	1.026	1.026
		18.097	18.097	3.510	3.510
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(2.009)	(2.009)	(982)	(982)
Partes relacionadas		(151)	(151)	(121)	(121)
Passivo de Arrendamento		(69)	(69)	(71)	(71)
		(2.229)	(2.229)	(1.174)	(1.174)

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com

bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.679	330	-	-	-	2.009
Passivo de Arrendamento	1	2	3	26	98	130
TOTAL	1.680	332	3	26	98	2.139

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela PCH Pai Joaquim. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios da usina, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos; e
- convênio de compartilhamento.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

* * * * *

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC – MG -121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Cemig PCH S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig PCH S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig PCH S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 07 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig PCH S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2025, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2026.

Belo Horizonte, 17 de agosto de 2026.

Weverton Vilas Boas de Castro, Conselheiro Fiscal

Arthur José Fernandez Braz, Conselheiro Fiscal

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro Fiscal